

Sumário

PARTE I PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

Capítulo 1 ► Colegialidade corretiva e CPC-2015	33
<i>Dierle Nunes</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	33
2. COLEGIALIDADE, PRECEDENTES E NOVA FUNÇÃO PREPARATÓRIA DO RELATÓRIO	36
3. COLEGIALIDADE E VIESES COGNITIVOS	43
4. MODIFICAÇÃO DE VOTOS ATÉ O RESULTADO	48
5. INCIDENTE DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO PARA JULGAMENTOS NÃO UNÂNIMES- ART. 942.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
Capítulo 2 ► Da Extirpação dos Embargos Infringentes no Novo Código de Processo Civil – um Retrocesso ou Avanço?	55
<i>Giselle Santos Couy</i>	
1. DA EXTIRPAÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – UM RETROCESSO OU AVANÇO?	55
2. DOS RECURSOS	64
3. A CELERIDADE E O PROCESSO CONSTITUCIONAL	66
4. CONCLUSÃO	73
5. REFERÊNCIAS	75
Capítulo 3 ► Técnica de Julgamento: Criação do Novo CPC (Substitutivo dos Embargos Infringentes).....	79
<i>Francisco Barros Dias</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	79
2. OS EMBARGOS INFRINGENTES EM SEU FORMATO ATUAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL VIGENTE	80
3. “TÉCNICA DE JULGAMENTO” NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM SUBSTITUIÇÃO AOS EMBARGOS INFRINGENTES	82
4. ANÁLISE CRÍTICA DO NOVEL INSTITUTO DA “TECNICA DE JULGAMENTO” PREVISTO NO NOVO CPC.	86
5. CONCLUSÕES.....	89
6. BIBLIOGRAFIA.....	90
Capítulo 4 ► A Função Institucional das Cortes Superiores.....	91
<i>Thiago Rodovalho</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	91
2. A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO E A SEGURANÇA JURÍDICA.....	94

3. A FUNÇÃO JURISDICIONAL E INSTITUCIONAL DAS CORTES CONSTITUCIONAL E FEDERAL – STF E STJ.....	96
4. CONCLUSÃO.....	99
Capítulo 5 ► A Remessa Necessária e o Novo Código de Processo Civil.....	101
<i>Rogério Mollica</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	101
2. A REMESSA NECESSÁRIA.....	102
3. A PROBLEMÁTICA NOVA REDAÇÃO DA REMESSA NECESSÁRIA NO ARTIGO 496 DO CPC.....	104
4. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL E A REMESSA NECESSÁRIA.....	106
5. A AMPLIAÇÃO DA COLEGIALIDADE QUANDO HOUVER DIVERGÊNCIA DE JULGAMENTO E A REMESSA NECESSÁRIA.....	107
6. O JULGAMENTO ANTECIPADO E PARCIAL DO MÉRITO E A REMESSA NECESSÁRIA.....	109
7. CONCLUSÃO.....	111
8. REFERÊNCIAS.....	111
Capítulo 6 ► Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	113
<i>George Salomão Leite</i>	
<i>Rinaldo Mouzalas</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	113
2. CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	114
3. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO.....	117
4. EFEITOS.....	118
5. PROCEDIMENTO.....	120
6. CONCLUSÕES.....	125
7. REFERÊNCIAS.....	126
Capítulo 7 ► A Formação Progressiva da Coisa Julgada Material e o Prazo para o Ajuizamento da Ação Rescisória: Contradição do Novo Código de Processo Civil.....	129
<i>Délio Mota de Oliveira Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	129
2. COISA JULGADA MATERIAL E AÇÃO RESCISÓRIA.....	130
3. A DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DO TERMO INICIAL DO PRAZO DE RESCINDIBILIDADE DA COISA JULGADA MATERIAL FORMADA PROGRESSIVAMENTE.....	134
4. ADOÇÃO DA TEORIA DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL PROGRESSIVAMENTE FORMADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	136
4.1. A PARTIR DO CONCEITO DE SENTENÇA.....	136
4.2. A PARTIR DO CONCEITO DE COISA JULGADA MATERIAL.....	137
4.3. A PARTIR DA TEORIA DOS CAPÍTULOS DA SENTENÇA.....	138
4.4. A PARTIR DO JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	141

4.5. A PARTIR DO PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUNTUM QUANTUM APPELLATUM	143
5. QUESTÕES PRÁTICAS ENVOLVENDO A FORMAÇÃO PROGRESSIVA DA COISA JULGADA MATERIAL	145
5.1. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA	145
5.2. POSSIBILIDADE DO MANEJO DA AÇÃO RESCISÓRIA ENQUANTO ESTIVER TRAMITANDO O PROCESSO PRINCIPAL	147
5.3. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA NULIDADE DO PROCESSO, AO JULGAR A PARCELA RECORRIDA DO DECISUM	148
6. A AÇÃO RESCISÓRIA E O PRAZO PARA O SEU AJUIZAMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	150
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
 Capítulo 8 ► Ação Rescisória e uniformização jurisprudencial: considerações sobre a jihad nomofilática	 157
<i>Marcelo Barbi Gonçalves</i>	
1. A COISA JULGADA COMO PONTE DE SAÍDA	157
2. FIXANDO ALGUMAS PREMISSAS.....	159
3. O SENTIDO VETORIAL DE ESTABILIDADE DAS POSIÇÕES JURÍDICAS: CERTEZA DA LEI, CERTEZA DA JURISPRUDÊNCIA E CERTEZA DO DIREITO	161
4. AÇÃO RESCISÓRIA NO CASO DE LEI SUJEITA À INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA	166
4.1. DESVENDANDO ALGUNS EQUÍVOCOS.....	169
4.2. TRIBUNAIS SUPERIORES E FUNÇÃO NOMOFILÁTICA.....	169
4.3. DA VOCAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA	173
4.4. DA INDEVIDA ASSIMILAÇÃO ENTRE OS ENUNCIADOS 343 E 400 DO STF	175
5. A DOCTRINA DA INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	177
6. EXISTEM CORTES SUPREMAS DO A E DO B?	184
7. EFEITOS PRÓ-FUTURO E A ISONOMIA.....	185
8. CONCLUSÃO	186
9. REFERÊNCIAS	187
 Capítulo 9 ► Considerações Sobre o Prazo Rescisório no Novo CPC.....	 193
<i>Márcio Carvalho Faria</i>	
1. OS DIVERSOS MEIOS IMPUGNATIVOS, O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E AS ORIGENS COMUNS DO RECURSO E DA AÇÃO RESCISÓRIA.	193
2. A AÇÃO RESCISÓRIA NO PLS 166/10, NO PL 8046/10 E NA LEI FEDERAL 13.105/15, O NOVO CPC: SUAS PRINCIPAIS INOVAÇÕES	203
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRAZO RESCISÓRIO (ART. 975, NCPC).....	205
3.1. O QUE FOI MANTIDO PELO NCPC	205
3.2. O QUE RESTOU MODIFICADO PELO NCPC: APRESENTAÇÕES E CRÍTICAS.....	205
4. CONCLUSÕES.....	218
5. REFERÊNCIAS	219

Capítulo 10 ► Ação Rescisória e capítulos de sentença: a análise de uma relação conturbada a partir do CPC/2015.....	223
<i>Ravi Peixoto</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	223
2. CAPÍTULOS DA DECISÃO JUDICIAL E AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE ELES.....	224
3. SOBRE AS DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO E A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	225
4. RECURSO PARCIAL, EFEITO DEVOLUTIVO E TRANSLATIVO.....	227
5. DA POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE VÁRIAS AÇÕES RESCISÓRIAS.....	230
6. PROBLEMÁTICA DOS PRAZOS COM O TRÂNSITO EM JULGADO PROGRESSIVO.....	231
6.1. A CONTAGEM ÚNICA DO PRAZO	231
6.2. A CONTAGEM AUTÔNOMA DOS PRAZOS.....	233
7. COMPETÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	236
8. COMPETÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA EM FACE DA COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	238
8.1. ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO STJ E DO STF	240
9. CONCLUSÃO	242
 Capítulo 11 ► Primeiras Linhas sobre a Disciplina da Ação Rescisória no CPC/15	 244
<i>Rodrigo Mazzei</i>	
<i>Tiago Figueiredo Gonçalves</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	244
2. DISPOSIÇÃO DA DISCIPLINA DA AÇÃO RESCISÓRIA NO CPC/15.....	244
3. ESPÉCIES DE PRONUNCIAMENTOS IMPUGNÁVEIS ATRAVÉS DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	244
4. CONTEÚDO DOS PRONUNCIAMENTOS PASSÍVEIS DE RESCISÃO	245
4.1. DECISÃO DE MÉRITO.....	245
4.2. DECISÃO TERMINATIVA	246
4.3. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO.....	248
4.4. COISA JULGADA SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS NO PROCESSO COLETIVO.....	249
5. RESCISÓRIA DE CAPÍTULO DA DECISÃO	250
6. CAUSAS DE RESCINDIBILIDADE	251
6.1. PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO, OU CORRUPÇÃO DO JUIZ.....	251
6.2. JUIZ IMPEDIDO OU JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE.....	251
6.3. DOLO OU COAÇÃO.....	252
6.4. SIMULAÇÃO OU COLUSÃO.....	252
6.5. OFENSA À COISA JULGADA.....	252
6.6. VIOLAÇÃO MANIFESTA DE NORMA JURÍDICA	253
6.7. FALSIDADE DE PROVA.....	254
6.8. PROVA NOVA	254
6.9. ERRO DE FATO.....	255
7. LEGITIMIDADE	256
7.1. TERCEIRO JURIDICAMENTE INTERESSADO	256

7.2. MINISTÉRIO PÚBLICO	256
7.3. AQUELE QUE NÃO FOI OUVIDO NO PROCESSO EM QUE OBRIGATÓRIA SUA INTERVENÇÃO	257
8. MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA NA AÇÃO RESCISÓRIA	257
9. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL	257
9.1. CITAÇÃO DO RÉU. PRAZO PARA RESPOSTA	258
10. DEPÓSITO DE 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA	258
10.1. LIMITAÇÃO DO VALOR DO DEPÓSITO	258
10.2. DISPENSA DO DEPÓSITO PRÉVIO	259
11. CUMPRIMENTO DA DECISÃO RESCINDENDA E CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA	259
11.1. COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA A APRECIACÃO DA TUTELA PROVISÓRIA	259
12. PROCEDIMENTO COMUM. REVELIA	259
13. ESCOLHA DO RELATOR	260
14. PRODUÇÃO DE PROVA	260
14.1. IUDICIUM RESCINDENS E IUDICIUM RESCISSORIUM	260
14.2. DELEGAÇÃO	260
15. APRESENTAÇÃO DE RAZÕES FINAIS ESCRITAS	261
15.1. PRAZO PARA RAZÕES FINAIS	261
16. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	261
16.1. JUÍZO RESCINDENTE POSITIVO	262
16.2. JUÍZO RESCISÓRIO	262
16.3. VALOR DO DEPÓSITO, INADMISSIBILIDADE DA AÇÃO E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO	262
16.4. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS DE RESCISÃO (IUDICIUM RESCINDENS) E REVERSÃO DO VALOR DO DEPÓSITO	263
16.5. VALOR DO DEPÓSITO E JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA	263
17. PRAZO PARA A PROPOSITURA DA RESCISÓRIA. NATUREZA	263
17.1. PRORROGAÇÃO DO PRAZO	264
17.2. PRAZO ÚNICO. TERMO INICIAL. MOMENTOS DISTINTOS	264

Capítulo 12 ► Reclamação constitucional fundada em precedentes obrigatórios no CPC/2015 269

Lucas Buril de Macêdo

1. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A GRANDE NOVIDADE DO CPC/2015 E UM ALERTA IMPORTANTE: OS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS E O RISCO DE SIMPLIFICAÇÃO	269
2. O CONCEITO DE PRECEDENTE JUDICIAL E A DISTINÇÃO (DISTINGUISHING) COMO SUA FORMA APLICATIVA	271
3. A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	277
3.1. ASPECTOS RELEVANTES	277
3.2. A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO CPC/2015 E SUA FUNCIONALIZAÇÃO PARA FORÇAR A APLICAÇÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	281
4. CRÍTICA À LIGAÇÃO ENTRE RECLAMAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DOS PRECEDENTES	285
5. CONCLUSÃO	290

Capítulo 13 ► Reclamação no CPC/2015 (com as alterações introduzidas pela Lei 13.256/2016)	293
<i>Pedro Miranda de Oliveira</i>	
1. NATUREZA JURÍDICA.....	293
2. PREVISÃO LEGAL	295
3. HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	295
3.1. PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS (INCISO I).....	296
3.2. GARANTIA DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS (INCISO II).....	299
3.3. GARANTIA DA OBSERVÂNCIA DE ENUNCIADO DE SÚMULA VINCULANTE (INCISO III) -	299
3.4. GARANTIA DA OBSERVÂNCIA DE DECISÃO DO STF EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (INCISO III)	301
3.5. GARANTIA DA OBSERVÂNCIA DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM JULGAMENTO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS OU DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (INCISO IV)	301
3.6. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS?.....	303
4. COMPETÊNCIA.....	304
5. ALGUMAS REGRAS PROCEDIMENTAIS	304
6. PRAZO PARA PROPOSITURA DA RECLAMAÇÃO E INTERESSE DE AGIR.....	305
7. PREJUDICIALIDADE	306
8. PODERES DO RELATOR	307
8.1. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	307
8.2. SUSPENSÃO DO PROCESSO OU DO ATO IMPUGNADO	308
8.3. CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO IMPUGNADA.....	308
9. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DO RECLAMANTE.....	309
10. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	309
11. RESULTADO DO JULGAMENTO.....	310
12. IMEDIATO CUMPRIMENTO DA DECISÃO.....	311
13. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA	311
14. BIBLIOGRAFIA	311
 Capítulo 14 ► O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil	 313
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i> <i>Sofia Temer</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	313
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: DEMANDAS REPETITIVAS E TÉCNICA PROCESSUAL DIFERENCIADA.....	314
3. ORIGENS DO INSTITUTO: A GROUP LITIGATION ORDER DO DIREITO INGLÊS, O MUSTERVERFAHREN DO DIREITO ALEMÃO E MECANISMOS ASSEMELHADOS DO DIREITO BRASILEIRO.....	315
4. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	317
4.1. NATUREZA E CABIMENTO DO INCIDENTE.....	318
4.2. INSTAURAÇÃO E FORMAÇÃO DO INCIDENTE.....	323

4.3. O JUÍZO DE ADMISSÃO DO INCIDENTE E SEUS EFEITOS	332
4.4. JULGAMENTO DO INCIDENTE	342
4.5. APLICAÇÃO DA TESE JURÍDICA	350
4.6. REVISÃO DA TESE FIRMADA NO INCIDENTE	353
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	354
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	355

Capítulo 15 ► Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil..... 359

Eduardo Cambi
Mateus Vargas Fogaça

1. INTRODUÇÃO.....	359
2. A INEFICIÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO VIGENTE PARA O TRATAMENTO DAS AÇÕES REPETITIVAS	360
3. A TENDÊNCIA UNIFORMIZADORA DA JURISPRUDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	362
4. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	366
4.1. NOÇÕES GERAIS.....	366
4.2. LEGITIMIDADE	369
4.3. CONTRADITÓRIO E AMICUS CURIAE.....	371
4.4. COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO	377
4.5. FORMA, CONTEÚDO, CONSEQUÊNCIAS E RECURSOS DO JULGAMENTO	379
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	383
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	384

Capítulo 16 ► Os problemas e os desafios decorrentes da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais..... 389

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

1. INTRODUÇÃO.....	389
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS VINCULA OS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS?.....	391
3. PROBLEMAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	392
4. CONCLUSÃO	398
5. REFERÊNCIAS	398

Capítulo 17 ► O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Trato da Litigiosidade Coletiva 401

Gustavo Milaré Almeida

1. INTRODUÇÃO.....	401
2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	403
2.1. A INSPIRAÇÃO ALEMÃ E SEU PROCEDIMENTO.....	403
2.2. SISTEMÁTICA LEGAL NO NCPC.....	404

3. IRDR E A TUTELA COLETIVA	408
4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	412
5. BIBLIOGRAFIA.....	413
Capítulo 18 ► Regime das Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil	417
<i>Humberto Theodoro Júnior</i>	
PARTE I - VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	417
1. INTRODUÇÃO.....	417
2. A VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E O SISTEMA DE SÚMULAS	418
3. JURISPRUDÊNCIA E NORMAS PRINCIPIOLÓGICAS E ENUNCIADORAS DE CLÁUSULAS GERAIS.....	420
4. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA SUMULAR	420
5. A POSIÇÃO DO NOVO CPC SOBRE A FORÇA NORMATIVA DA JURISPRUDÊNCIA.....	421
6. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E CAUSAS DE MASSA	423
PARTE II - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	424
7. CONFLITOS INDIVIDUAIS E CONFLITOS COLETIVOS.....	424
8. NATUREZA JURÍDICA DO INCIDENTE	425
9. FORÇA DE COISA JULGADA E FORÇA EXECUTIVA	426
10. CABIMENTO DO INCIDENTE	427
11. OBJETIVOS DO INCIDENTE	428
12. LEGITIMIDADE PARA A PROMOÇÃO DO INCIDENTE	429
13. INCIDENTE INSTAURADO A PARTIR DE PROCESSO JÁ EM CURSO NO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU	430
14. DESISTÊNCIA OU ABANDONO DO PROCESSO	430
15. PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	431
16. COMPETÊNCIA	431
17. DETALHES DO PROCEDIMENTO	432
18. FORÇA VINCULANTE DA DECISÃO DO INCIDENTE	436
19. PUBLICIDADE ESPECIAL	437
20. RECURSOS	438
21. RECLAMAÇÃO	440
22. REVISÃO DA TESE FIRMADA NO INCIDENTE	441
PARTE III - INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	441
23. CONCEITO.....	441
24. PRESSUPOSTOS	443
25. PROCEDIMENTO	443
26. EFEITOS DA DECISÃO	444
27. DISTINÇÃO ENTRE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	444

Capítulo 19 ► O Incidente de Resolução das Causas Repetitivas no Novo CPC e o Devido Processo Legal.....	447
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1. DELIMITAÇÃO DO TEMA: A COLETIVIZAÇÃO DO CONFLITO E O INCIDENTE DE CAUSAS REPETITIVAS PREVISTO NO NCPC.....	447
2. O DEVIDO PROCESSO LEGAL E OS PROCESSOS REPETITIVOS.....	449
3. CONTEXTO HISTÓRICO, OBJETIVOS E REFLEXOS DO JULGAMENTO DO IRDR EM OUTROS INSTITUTOS.....	452
4. O QUE SIGNIFICA A EXPRESSÃO <i>MESMA QUESTÃO UNICAMENTE DE DIREITO</i> ?.....	454
5. INSTRUMENTO DE COLETIVIZAÇÃO DE CONFLITOS, DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	456
6. PREPONDERÂNCIA DO RESP E RE – VINCULAÇÃO LOCAL / NACIONAL E DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	459
7. MOMENTOS PROCEDIMENTAIS:	460
7.1. ADMISSIBILIDADE E PROCESSAMENTO: O PAPEL DO AMICUS CURIAE	461
7.2. JULGAMENTO E VINCULAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.....	462
8. CONCLUSÃO	463
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	464
 Capítulo 20 ► A Falta de Controle Judicial da Adequação da Representatividade no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	 469
<i>Marcos de Araújo Cavalcanti</i>	
1. O CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NO DIREITO NORTE-AMERICANO.....	469
2. COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO.....	474
3. A FALTA DE CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS BRASILEIRAS.....	477
4. A FALTA DE CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR).....	479
5. CONCLUSÕES.....	482

PARTE II

TEMAS GERAIS SOBRE RECURSOS NO CPC/2015

Capítulo 1 ► Breves comentários às principais inovações quanto aos meios de impugnação das decisões judiciais no novo CPC.....	487
<i>Flávia Pereira Hill</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	487
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS	489
3. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA ALTERAÇÃO DE PRECEDENTE	489
4. CONSOLIDAÇÃO DOS PODERES DO RELATOR	490
5. INCLUSÃO DE TODOS OS RECURSOS EM PAUTA	491

6. UNIFICAÇÃO DO PRAZO RECURSAL	492
7. SUPRESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO	492
8. PRAZO PARA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO	493
9. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS VOTOS ATÉ A PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO	493
10. INTEGRAÇÃO DO VOTO VENCIDO AO ACÓRDÃO	494
11. AÇÃO RESCISÓRIA	494
12. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	496
13. EXTINÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES	497
14. RECURSOS DE AGRAVO	497
15. EXTINÇÃO DO AGRAVO RETIDO. RECORRIBILIDADE DIFERIDA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	497
16. APELAÇÃO	498
17. AGRAVO DE INSTRUMENTO	499
18. AGRAVO INTERNO	501
19. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	501
20. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	504
21. RECURSOS REPETITIVOS	505
22. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	507
23. CONCLUSÃO	509
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	511
 Capítulo 2 ► Os Recursos no Novo CPC e a “Jurisprudência Defensiva”	513
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
1. INTRODUÇÃO	513
2. PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA	514
3. PROBLEMAS NO PREPARO	517
4. ADMISSIBILIDADE GERAL DE RECURSOS	520
5. MAIOR RACIONALIDADE NO TRATO DOS DECLARATÓRIOS	523
6. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO E A INSEGURANÇA QUANTO À NATUREZA DA DISCUSSÃO	526
7. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA E A POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE ASPECTOS PROCESSUAIS	529
8. O RECURSO “PREMATURO”	533
9. CONCLUSÕES	534
 Capítulo 3 ► Anotações sobre o Sistema Recursal no Novo Código de Processo Civil	537
<i>Luiz Manoel Gomes Junior</i> <i>Miriam Fecchio Chueiri</i>	
1. INTRODUÇÃO	537
2. A REMESSA OBRIGATÓRIA	538
3. DOS RECURSOS EM GERAL	540
4. A APELAÇÃO E A REFORMULAÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES	541

5. O AGRAVO DE INSTRUMENTO	543
6. O AGRAVO INTERNO	546
7. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	547
8. O RECURSO ORDINÁRIO.....	548
9. OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	550
10. OS AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	551
11. OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	552
12. CONCLUSÕES.....	552
13. BIBLIOGRAFIA	553

**Capítulo 4 ► A impugnabilidade da decisão sobre o pedido de gratuidade da
Justiça no novo Código de Processo Civil..... 555**
Marco Antonio dos Santos Rodrigues

1. A REGULAMENTAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO CORPO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	555
2. A IMPUGNAÇÃO À DECISÃO SOBRE O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA NA VIGÊNCIA DO CPC DE 1973	556
3. O ATAQUE À DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO DE GRATUIDADE NO NOVO CPC.....	561
4. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO AO PRONUNCIAMENTO QUE INDEFERE OU REVOGA O BENEFÍCIO	562
5. CONCLUSÕES.....	563
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	564

Capítulo 5 ► O Novo Código de Processo Civil vs. a Jurisprudência Defensiva 567
Márcio Carvalho Faria

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS: A EXPLOÇÃO DA LITIGIOSIDADE, A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA E A CRIAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (NCPC)	567
2. AS TENTATIVAS DO NCPC DE ENFRENTAR A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA.....	574
2.1. O ABANDONO DO FORMALISMO-EXCESSIVO E A IMPERIOSIDADE DE BUSCAR A RESOLUÇÃO DO MÉRITO	574
2.2. O REGRAMENTO DA FORMA DE OBTENÇÃO DO PRÉ-QUESTIONAMENTO	583
2.3. A DISPENSA EXPRESSA DA RATIFICAÇÃO RECURSAL.....	586
2.4. O RIGORISMO NO PREENCHIMENTO DAS GUIAS DE PREPARO RECURSAL.....	589
2.5. FUNGIBILIDADE ENTRE RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	590
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	595
4. BIBLIOGRAFIA.....	596

PARTE III

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Capítulo 1 ► Coisa julgada e o efeito extensivo do recurso CPC/2015..... 603
Gelson Amaro de Souza

1. INTRODUÇÃO.....	603
2. EFEITO EXTENSIVO.....	604

3. ESPÉCIE DE EFEITO EXTENSIVO	605
3.1. EFEITO EXTENSIVO SUBJETIVO	605
3.2. EFEITO EXTENSIVO OBJETIVO	606
4. MOMENTO EM QUE SURGE O EFEITO EXTENSIVO	607
5. EFEITO EXTENSIVO E O RECURSO DO TERCEIRO INTERESSADO	609
6. O EFEITO EXTENSIVO E O RECURSO DO ASSISTENTE	609
7. COISA JULGADA E O EFEITO EXTENSIVO	610
8. INCOMPATIBILIDADE DA COISA JULGADA FATIADA COM OS EFEITOS, TRANSLATIVO E EXTENSIVO.	611
9. CONCLUSÃO	612
10. REFERÊNCIAS	612

Capítulo 2 ► A sanabilidade dos requisitos de admissibilidade dos recursos: notas sobre o art. 932, parágrafo único, do CPC/15..... 615

Flávio Cheim Jorge
Thiago Ferreira Siqueira

1. INTRODUÇÃO.....	615
2. O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS CÍVEIS.....	616
3. O ESTADO DA QUESTÃO NO CPC/73: A IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DOS DEFEITOS DOS RECURSOS COMO REGRA GERAL.....	618
4. A MUDANÇA DE PARADIGMA OPERADA PELO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15	622
5. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO DISPOSITIVO: APLICAÇÃO ÀS DIVERSAS ESPÉCIES RECURSAIS	624
5.1. A APLICABILIDADE DO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15, AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL: CONFRONTO COM O ART. 1029, § 3º.....	624
6. COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO.....	629
7. OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	630
8. O ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO E OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	631
8.1. REQUISITOS INTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE	632
8.2. REQUISITOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE.....	635
9. CONCLUSÃO	641
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	642

Capítulo 3 ► O CPC 2015 e a Relativização do Princípio da Proibição da *reformatio in pejus*..... 645

Sandro Marcelo Kozikoski

1. O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS NO CPC 1973	645
2. A IMPOSIÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS E O EVENTUAL AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DO RECORRENTE ...	646
3. A IMPUGNAÇÃO DAS QUESTÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PRECLUSAS (CPC, ART. 1.009, § 1º)	648
4. O JULGAMENTO DA CAUSA MADURA (CPC, ART. 1.013, § 3º).	648

5. CONCLUSÃO	649
6. BIBLIOGRAFIA.....	649

Capítulo 4 ► Teoria Geral dos Recursos: Análise e Atualizações à Luz do Novo Código de Processo Civil Brasileiro **651**
Antônio Pereira Gaio Júnior

1. INTRODUÇÃO.....	651
2. RECURSOS.....	651
2.1. BREVES CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	651
2.2. ATOS SUJEITOS A RECURSO	654
2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DOS RECURSOS	655
2.4. RECURSO ADESIVO	662
2.5. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	663
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	675
4. EFEITOS DOS RECURSOS	677
5. EXTINÇÃO ANORMAL DO RECURSO.....	679
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	680
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	680

Capítulo 5 ► O Valor da Causa e Recurso no Processo Civil..... **683**
Gelson Amaro de Souza

1. INTRODUÇÃO.....	683
2. CONCEITO DE VALOR DA CAUSA	685
3. COMPLEXIDADE DO VALOR DA CAUSA.....	686
4. INFLUÊNCIA DO VALOR DA CAUSA NO PROCESSO	687
5. MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA.....	689
5.1. ANTES DO JULGAMENTO	690
5.2. DEPOIS DO JULGAMENTO	691
6. RECURSO NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA.....	693
6.1. ADEQUAÇÃO RECURSAL NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	695
6.2. LEGITIMIDADE PARA RECORRER.....	697
6.3. RECURSO ADESIVO	698
7. ADEQUAÇÃO RECURSAL GERAL.....	700
7.1. VALOR DA CAUSA E OS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....	702
7.2. RECURSO RETIDO NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	703
8. VALOR DA CAUSA E O PREPARO RECURSAL	704
9. CONCLUSÕES	706
10. REFERÊNCIAS	707

Capítulo 6 ► Algumas reflexões sobre o efeito translativo: entre o CPC/73 e o CPC/2015 . 709*Rennan Faria Krüger Thamay**Rafael Ribeiro Rodrigues*

1. ASPECTOS INICIAIS: A GÊNESE DA PROBLEMÁTICA	709
1.1. DO NECESSÁRIO RESPEITO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	710
1.2. POSSIBILIDADE DE O JUIZ APRECIAR DE OFÍCIO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA	712
2. A QUESTÃO EM FASE RECURSAL	714
2.1. PRINCÍPIOS DISPOSITIVO E INQUISITÓRIO	714
2.2. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS.....	715
2.3. O EFEITO TRANSLATIVO	718
3. DECISÃO SURPRESA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	719
4. ENCERRAMENTO VOLITIVO DA DEMANDA	721
4.1. NA FASE COGNITIVA.....	721
4.2. NA FASE RECURSAL	722
5. CONCLUSÃO	724
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	725

Capítulo 7 ► Comentários sobre a fungibilidade recursal: do Código de 1939 ao novo Código de Processo Civil..... 727*Rennan Faria Krüger Thamay**Vinícius Ferreira de Andrade*

1. INTRODUÇÃO.....	727
2. FUNGIBILIDADE NO CPC DE 1939.....	729
2.1. NO SISTEMA RECURSAL DO CPC DE 1973.....	730
2.2. NO SISTEMA RECURSAL DO CPC DE 2015.....	732
3. REQUISITO OU REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE?	734
3.1. REQUISITO ÚNICO: DÚVIDA EXTRÍNSECA	736
4. CASUÍSTICA	741
5. ANOTAÇÕES CONCLUSIVAS	743
6. BIBLIOGRAFIA.....	744

Capítulo 8 ► O princípio da primazia de mérito na fase recursal de acordo com o Novo Código de Processo Civil..... 747*Vinicius Silva Lemos*

1. INTRODUÇÃO.....	747
2. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	748
2. 1. A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO E DA ATIVIDADE SATISFATIVA.....	750
3. O IMPACTO DA PRIMAZIA DE MÉRITO NA FASE RECURSAL.....	750

3.1. O COMBATE À JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA.....	751
4. HIPÓTESES DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO NA FASE RECURSAL.....	752
4.1. A RELATIVIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	752
4.2. FUNGIBILIDADE ENTRE OS RECURSOS: ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	753
4.3. FUNGIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E O AGRAVO INTERNO.....	757
4.4. A ESCOLHA PELO PREQUESTIONAMENTO FICTO	758
4.5. AMPLIAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA	760
5. BIBLIOGRAFIA.....	765

PARTE IV RECURSOS EM ESPÉCIE

Capítulo 1 ► Apelação Contra Decisão Interlocutória não Agravável: a Apelação do Vencido e a Apelação Subordinada do Vencedor: Duas Novidades do CPC/2015	769
<i>Leonardo Carneiro da Cunha</i> <i>Fredie Didier Jr.</i>	
1. GENERALIDADES SOBRE A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO CPC/2015.....	769
2. PREMISSE GERAL PARA A COMPREENSÃO DO ART. 1.009, § 1º, DO CPC: A APELAÇÃO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA NÃO AGRAVÁVEL	771
3. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS PELA PARTE VENCIDA	772
4. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS PELA PARTE VENCEDORA.....	774
4.1. GENERALIDADES: A APELAÇÃO DO VENCEDOR PREVISTA NO § 1º DO ART. 1.009 E A PRECLUSÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS A ELE DESFAVORÁVEIS	774
4.2. A APELAÇÃO DO VENCEDOR COMO ESPÉCIE DE RECURSO SUBORDINADO.....	776
4.3. A APELAÇÃO DO VENCEDOR COMO ESPÉCIE DE RECURSO CONDICIONADO	777
4.4. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO AUTÔNOMA PELO VENCEDOR: APLICAÇÃO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	780
Capítulo 2 ► O Efeito Suspensivo e o Recurso de Apelação – do CPC/1973 ao Novo CPC....	781
<i>Gilberto Gomes Bruschi</i> <i>Márcio Manoel Maidame</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	781
2. AS HIPÓTESES EXCEPCIONAIS AO EFEITO SUSPENSIVO NO CPC/73 E CPC/2015	783
2.1. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE DIVISÃO OU DE DEMARCAÇÃO.....	784
2.2. SENTENÇA CONDENATÓRIA À PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS	785
2.3. SENTENÇA QUE EXTINGUE SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO OU JULGA IMPROCEDENTES OS EMBARGOS DO EXECUTADO.....	786
2.4. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE PEDIDO DE INSTITUIÇÃO DE ARBITRAGEM.....	787
2.5. SENTENÇA QUE CONFIRMA, CONCEDE OU REVOGA, TUTELA PROVISÓRIA	790

2.6. SENTENÇA QUE DECRETA INTERDIÇÃO	792
3. AS DECISÕES DE MÉRITO PARCIAIS (ART. 356 DO CPC/2015), O “AGRAVO SUBSTITUTIVO DA APELAÇÃO” E O EFEITO SUSPENSIVO	793
4. A OBTENÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO NAS HIPÓTESES EM QUE A LEI PREVÊ O RECEBIMENTO DA APELAÇÃO APENAS NO DEVOLUTIVO.....	795
Capítulo 3 ► Majoração dos Honorários Sucumbenciais no Recurso de Apelação.....	801
<i>Eduardo Cambi</i>	
<i>Gustavo Pompílio</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	801
2. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO RECURSO DE APELAÇÃO COM BASE NA SISTEMÁTICA DO NCPC.....	802
3. O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E O ABUSO DO DIREITO DE RECORRER.....	806
4. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS COMO UM INSTRUMENTO DE DESESTÍMULO AO ABUSO DO DIREITO DE RECORRER E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	807
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	809
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	810
Capítulo 4 ► Apelação.....	813
<i>Rita Quartieri</i>	
<i>Jorge Antonio dias Romero</i>	
1. CONCEITO DE SENTENÇA	813
2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.	815
3. AMPLIAÇÃO DO EFEITO DEVOLUTIVO	819
4. CORREÇÃO DE VÍCIOS ANTES DO JULGAMENTO	822
5. JULGAMENTO DE MÉRITO DE “CAUSA MADURA”	823
6. SUBSISTÊNCIA DO EFEITO SUSPENSIVO	824
7. REFERÊNCIAS	825
Capítulo 5 ► O Efeito Devolutivo do Recurso de Apelação no CPC/2015	827
<i>Rogério Rudiniki Neto</i>	
1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS	827
2. EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO DE APELAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES	828
3. A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DOS CAPÍTULOS DA SENTENÇA NA COMPREENSÃO DOS LIMITES DO EFEITO DEVOLUTIVO.....	831
4. DEVOLUÇÃO DO CAPÍTULO DA SENTENÇA QUE CONCEDE A TUTELA PROVISÓRIA.....	835
5. DEVOLUÇÃO DAS QUESTÕES RESOLVIDAS POR DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS	836
6. DEVOLUÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA (EFEITO TRANSLATIVO) E O PROBLEMA DO CONTRADITÓRIO.	839
7. JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO PELO TRIBUNAL	843
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	845

Capítulo 6 ► Duplo Grau de Jurisdição e “Teoria da Causa Madura” no Novo Código de Processo Civil.....	847
<i>Thiago Ferreira Siqueira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	847
2. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: CONFIGURAÇÃO, CONTROVÉRSIAS E INFLUÊNCIAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS TÉCNICOS DO RECURSO DE APELAÇÃO	848
2.1. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: ESPECIFICAMENTE, QUANTO AO PAPEL QUE OCUPA NA ORDEM CONSTITUCIONAL	853
3. O § 3º DO ART. 515 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	856
4. A “TEORIA DA CAUSA MADURA” NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	859
4.1. REQUISITOS PARA A INCIDÊNCIA DO DISPOSITIVO: CAUSA EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO	860
4.2. HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO.....	865
5. CONCLUSÃO	872
6. BIBLIOGRAFIA.....	872
 Capítulo 7 ► Cabimento do Agravo de Instrumento em Matéria Probatória: Crítica ao Texto Final do Novo CPC (Lei Nº 13.105/2015, Art. 1015).....	875
<i>Fernando Rubin</i>	
1. APRESENTAÇÃO.....	875
2. BREVE BALANÇO DO PERÍODO 2010-2015 DE DEBATES EM TORNO DO PROJETO PARA UM NOVO CPC.....	876
3. O RELATÓRIO BARRADAS E O RELATÓRIO PAULO TEIXEIRA EM MATÉRIA PROBATÓRIA	878
4. O DIREITO PRIORITÁRIO À PROVA E A PREVISÃO LEGAL DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	880
5. A DISPOSIÇÃO DO ART. 1028, XIX DO PROJETO PARA UM NOVO CPC APROVADO NA CÂMARA FEDERAL E A REDUÇÃO DAS HIPÓTESES NO DERRADEIRO ART. 1015 DA LEI Nº 13.105/2015.....	884
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	886
7. PESQUISA DOUTRINÁRIA.....	888
 Capítulo 8 ► A Disciplina dos Agravos no Novo Código de Processo Civil.....	891
<i>Marco Félix Jobim</i>	
<i>Fabício de Farias Carvalho</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	891
2. A EXTINÇÃO DO AGRAVO RETIDO.....	893
2.1 SISTEMA DE PRECLUSÕES.....	896
3. O NOVO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	899
3.1. HIPÓTESES DE CABIMENTO	901
3.2. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO.....	903
3.3. PROCESSAMENTO	904
4. O AGRAVO INTERNO	905

5. O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	908
5.1. HIPÓTESES DE CABIMENTO	908
5.2. PROCESSAMENTO	910
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	910
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	911
 Capítulo 9 ► Os Embargos de Declaração no Novo Código de Processo Civil	913
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
<i>Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	913
2. QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS DISPOSIÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O CÓDIGO DE 1973	915
3. ANÁLISE DA DISCIPLINA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	917
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	923
5. REFERÊNCIAS	923
 Capítulo 10 ► Os Embargos de Declaração no Novo Código de Processo Civil	925
<i>Ticiano Alves e Silva</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	925
2. ATOS JUDICIAIS EMBARGÁVEIS.....	926
3. HIPÓTESES DE CABIMENTO	928
4. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS E OUTROS DE ADMISSIBILIDADE	933
5. EFEITOS.....	935
5.1. EFEITO INTERRUPTIVO.....	935
5.2. EFEITO SUSPENSIVO	937
6. (DES) NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE OUTRO RECURSO.....	938
7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS	940
8. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E PREQUESTIONAMENTO	942
9. CONCLUSÃO	945
10. BIBLIOGRAFIA	946
 Capítulo 11 ► O Recurso Ordinário em Mandado de Segurança e o Novo Código de Processo Civil.....	949
<i>Cristiano Simão Miller</i>	
1. ESCLARECIMENTO INICIAL.....	949
2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO	950
3. O CENÁRIO ATUAL DO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	953
3.1. O CABIMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA.....	953
3.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPRESSÃO “DECISÃO DENEGATÓRIA”	958

3.3. A DESNECESSIDADE DE PRÉ-QUESTIONAMENTO	959
3.4. O ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA	961
3.5. A IMPOSSIBILIDADE DE SE ADMITIR, COMO RECURSO ORDINÁRIO, O RECURSO EXTRAORDINÁRIO (OU ESPECIAL) EQUIVOCADAMENTE INTERPOSTO	963
3.6. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO	966
3.7. O RECURSO ORDINÁRIO E O EFEITO SUSPENSIVO	970
3.8. A AMPLITUDE COGNITIVA DO RECURSO ORDINÁRIO	972
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	981
 Capítulo 12 ► Agravo em Recurso Extraordinário e Agravo em Recurso Especial: entre imposição de precedentes, distinção e superação.....	985
<i>Diogo Bacha e Silva</i>	
<i>Alexandre Melo Franco Bahia</i>	
1. INTRODUÇÃO	985
2. FORMAÇÃO DE PRECEDENTE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E DE 2015.....	987
3. COMMON LAW E A DIFERENÇA DE PENSAMENTO SOBRE PRECEDENTES.....	992
4. AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL COMO RESISTÊNCIA AO FECHAMENTO ARGUMENTATIVO – RÉQUIEM PARA UM FIM PREMATURO.....	996
5. CONCLUSÃO	1003
6. REFERÊNCIAS	1004
 Capítulo 13 ► A Profundidade do Efeito Devolutivo nos Recursos Extraordinário e Especial: o que Significa a Expressão “Julgará o Processo, Aplicando o Direito” (CPC/2015, Art. 1.034)?	1009
<i>João Francisco Naves da Fonseca</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	1009
2. O STF E O STJ COMO CORTES DE REVISÃO	1011
3. O JULGAMENTO DA CAUSA NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	1011
4. CONCLUSÃO.....	1016
5. BIBLIOGRAFIA.....	1016
 Capítulo 14 ► O “novo” juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário.....	1019
<i>Sandro Marcelo Kozikoski</i>	
1. AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS NO SISTEMA RECURSAL DURANTE O PERÍODO DE VACATIO LEGIS DO CPC 2015.	1019
2. COMPETÊNCIA RECURSAL EXTRAORDINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E COMPETÊNCIA RECURSAL ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1020
3. O EXAME DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE APLICÁVEIS À RECORRIBILIDADE EXCEPCIONAL	1022
4. INTERPOSIÇÃO CONJUNTA DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	1027
5. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	1029

6. RECURSOS REPETITIVOS: PROCESSAMENTO	1032
7. O EXAME DA REPERCUSSÃO GERAL.....	1037
8. EFEITOS DO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1039
9. RECLAMAÇÃO	1039
10. CONCLUSÕES.....	1040
11. BIBLIOGRAFIA	1041

Capítulo 15 ► O Prequestionamento no Novo Código de Processo Civil..... 1045

Vinicius Silva Lemos

1. INTRODUÇÃO.....	1045
2. PREQUESTIONAMENTO	1046
2.1. FORMAS DE PREQUESTIONAMENTO	1047
2.2. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO E IMPLÍCITO	1049
3. DICOTOMIA ENTRE OS ENTENDIMENTOS DO STJ E O STF E A POSSÍVEL ADERÊNCIA DE ENTENDIMENTOS	1052
3.1. SÚMULA 211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O SEU ENTENDIMENTO SOBRE PREQUESTIONAMENTO.....	1052
3.2. DA SÚMULA 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECONHECIMENTO DO CHAMADO PREQUESTIONAMENTO FICTO	1055
3.3. A INSTABILIDADE DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 356 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A ADERÊNCIA AO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1057
3.4. A RELATIVIZAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE QUANDO PRESENTE A REPERCUSSÃO GERAL	1058
4. O PREQUESTIONAMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1061
4.1. A ESCOLHA PELO PREQUESTIONAMENTO FICTO	1062
4.2. PONTOS PROCESSUAIS FAVORÁVEIS AO PREQUESTIONAMENTO FICTO	1063
4.3. O IMPACTO DA ESCOLHA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1064
4.4. O APROVEITAMENTO PROCESSUAL DO ARTIGO 1029, § 3º E O PREQUESTIONAMENTO.....	1066
4.5. O PREQUESTIONAMENTO MESMO QUANDO VENTILADO SOMENTE NO VOTO VENCIDO	1068
4.6. O PREQUESTIONAMENTO NO NOVO CÓDIGO E A QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA	1069
4.7. A OPÇÃO PELO JURISDICIONADO	1070
5. CONCLUSÃO	1071
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1072

Capítulo 16 ► Embargos Declaratórios: efeito integrativo (prequestionamento virtual) 1075

Zulmar Duarte de Oliveira Jr.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1075
2. ESTADO DA ARTE DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS	1076
3. PREQUESTIONAMENTO	1082
4. EMBARGOS DECLARATÓRIOS, EFEITO INTEGRATIVO E O PREQUESTIONAMENTO VIRTUAL	1086

Capítulo 17 ► A Fungibilidade de Mão Dupla entre Recursos Excepcionais no CPC/2015..... 1089*Luiz Henrique Volpe Camargo*

1. INTRODUÇÃO.....	1089
2. DO CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL.....	1090
3. A SOLUÇÃO CONTIDA NO CPC/2015 PARA A QUESTÃO.....	1099
4. REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DA FUNGIBILIDADE DE MÃO DUPLA.....	1102
5. BIBLIOGRAFIA.....	1104

Capítulo 18 ► Recurso Especial Repetitivo: escolha do recurso e (in)efetividade dos julgamentos..... 1099*Luiz Dellore**Ricardo Maffeis Martins*

1. RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....	1107
2. A ESCOLHA DO RECURSO ESPECIAL A SER JULGADO COMO REPETITIVO.....	1110
2.1. QUESTÕES POLÊMICAS.....	1113
3. ANÁLISE DE SITUAÇÕES CONCRETAS (RECURSOS REPETITIVOS JULGADOS PELO STJ).....	1121
3.1. CASOS DE ÊXITO.....	1122
3.2. CASOS EM QUE NÃO HOVE ÊXITO.....	1125
4. CONCLUSÕES.....	1129
5. BIBLIOGRAFIA.....	1130